

A ação da PEB na aliança entre o Mercosul e AP nos anos 2000

Jessica Monique da Rocha Meza¹

Prof. Dr. Leonardo Mèrcher ²

RESUMO

O seguinte trabalho busca fazer uma análise das ações política externa brasileira através dos blocos do Mercosul e da Aliança do Pacífico a partir do novo milênio. O objetivo foi demonstrar como as articulações dentro desses blocos, pode levar o país a ser reconhecido como agente-chave numa possível integração de toda América Latina. É possível que o Brasil a partir dos anos 2000 se legitime através de sua liderança pela cooperação desses blocos econômicos para não somente obter ganhos econômicos, mas também contribuir na unificação dos países sul americanos? O artigo explica através da teoria construtivista de Alexander Wendt, como a estratégia do país passou a modificar ao longo dos seus últimos governos no início do século XXI trazendo assim através de uma visão cognitiva, em como a iniciativa do papel brasileiro se transforma fora de determinismos realistas e liberais e age de acordo com cada caso específico. Foram feitos apontamentos através de acordos e cúpulas feitas no início do milênio, onde apontam que a posição brasileira de liderança é possível de se alcançar assim como a integração não somente econômica, mas política e acadêmica.

Palavras-chave: PEB. Aliança do Pacífico. Integração Regional. Mercosul.

1 INTRODUÇÃO

O distanciamento existente durante a política externa brasileira por conta da presença dos Estados Unidos no último século começou a ter mudanças após o fim da guerra fria, em que a ordem mundial já não era mais bipolar e no início então da

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela UNINTER.

² Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016).

década de 90 com a mudança da agenda nas relações internacionais no Brasil onde surgem alguns projetos dentre eles o surgimento do MERCOSUL.

Porém somente no início do século XXI o país passou a mudar a sua política externa na atuação junto aos seus vizinhos da América Latina. Um fato muito importante foi a Cúpula de Brasília realizada em 2000 em que reuniu os Chefes de Estado da América do Sul para consolidar a então cooperação Sul-Sul com o objetivo de reforço nas relações do MERCOSUL e a Comunidade Andina, baseando-se na identidade comum entre eles para alcançar as convergências políticas, econômicas, sociais e tecnológicas.

Surge mais tarde em 2012, a Aliança do Pacífico prometendo mais dinamismo no comércio internacional em relação ao MERCOSUL em que ao longo de quase 25 anos de existência, permanecia num ritmo muito lento de acordos assinados. Desse novo bloco destaca-se em pouco tempo de existência a ter um tratado de livre comércio assinado com a União Europeia e também com EUA e Canadá. Entretanto para a PEB estes dois blocos não devem ser vistos como rivais, mas com suas diferenças e semelhanças eles podem dar experiências importantes para o processo de integração na América Latina.

Nesse contexto, surge o questionamento se o Brasil será capaz de mostrar seu papel de liderança na conversão da atuação desses dois blocos na América do Sul legitimando assim sua presença junto aos seus vizinhos e também no mundo para assim aumentar a cooperação em acordos políticos e comerciais na região, desenvolvendo integração de serviços como os de tecnologia, as trocas culturais e acadêmicas.

De acordo com o resumo executivo da CEPAL³ em 2018, faz-se necessário, devido ao cenário recente da economia mundial que caminha para o aumento do protecionismo no comércio, a convergência entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico em que juntos representam 80% da população e PIB da região e 90% dos fluxos de investimento externo direto.

Para isso, para compreender a dinâmica do Brasil esse artigo irá apresentar ao longo do primeiro capítulo a transformação da atuação brasileira nos anos 2000 mediante a atuação dos governos de Lula e Dilma, para então, em seguida passar a explicitar a atuação desses dois blocos mostrando suas principais diferenças e por fim

³ Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43615/1/S1800529_pt.pdf
acesso em: 30 de agosto de 2018.

mostrando a atuação do Brasil como *player* nas convergências entre o MERCOSUL e a AP.

2 O BRASIL E A POLÍTICA EXTERNA NO INÍCIO DO MILÊNIO

A política externa brasileira, no início dos anos 2000, deve ser compreendida como uma continuação da fase de visibilidade através da Diplomacia Presidencial por Fernando Henrique Cardoso (FHC), porém com uma diferença determinante: a agenda internacional do país nos governos Lula e Dilma passou a ter uma postura também multilateral onde passa a dar mais ênfase nas parcerias Sul-Sul, mas também nos programas de bem-estar social que interagissem assim com a sociedade brasileira.

A Análise de Política Externa (APE) brasileira para esse período pode ser explicada através da corrente construtivista de Alexander Wendt e de acordo com Messari e Nogueira (2005, p. 179) “... a construção das identidades precede a definição dos interesses e que, antes de definir o interesse nacional, faz-se necessário definir a identidade que vai informar a formação desse interesse”.

A seguir, o capítulo discorre de um resumo dos compromissos das atuações dos últimos dois governos (2003/2014) em que analisa as mudanças realizadas internamente que resultou na estratégia de elevar o Brasil à liderança regional na América do Sul mediante atuações políticas e econômicas que não só resultaram em seu destaque, mas também em processos para continuidade.

2.1 A POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO LULA

Segundo Pecequillo (2017, p. 40), “a política externa brasileira do Governo Lula pode ser classificada como ativa e ativa, tendo focado em uma agenda para o século XXI que reforçasse a projeção do Brasil em seu poder brando”. A seguinte proposição assume um novo posicionamento do país, que no governo anterior de FHC (1995/2002) enfatizou a relação bilateral no eixo Norte-Sul e a centralização do intercâmbio com os Estados Unidos. Entretanto, com a crise neoliberal no final da década de 1990, o país por conta das limitações dessas preferências viu-se no agravamento da crise econômica, em que a exposição de desigualdades e desequilíbrios exigiram então uma mudança de sua política externa que retoma um caminho de integração na América Latina.

Uma dessas iniciativas foi a Cúpula de Brasília realizada em 2000 que reuniu os Presidentes da América do Sul que procurou consolidar a cooperação com um plano de lançamento da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) que tinha expectativa de um desenvolvimento integrado. Logo:

[...] o início do século XXI emergia a partir de preceitos e conceitos para a inserção internacional do Brasil que retomavam a lógica multilateral global da política externa. Mais ainda, imprimia-se uma realidade inédita na América do Sul, a da liderança brasileira para a construção de uma cooperação em bases abrangentes e que visavam a consolidação da autonomia desta sub-região. Essa realidade, nascida sob o signo da mudança tática em FHC, assumiria cada vez mais contornos estratégicos, com a eleição e a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Janeiro de 2003. (Carmo; Pecequillo, 2015, p.68)

Logo em sua posse, Lula em seu discurso “afirmou que a política externa refletiria também os anseios de mudança que se expressavam nas ruas, seria orientada por uma perspectiva humanista e constituiria um instrumento de desenvolvimento nacional (Riediger; Silva, 2016, p. 197). A visão dele era de retomar o pensamento de esquerda iniciado com Hugo Chávez na Venezuela que até então contribuiu para disseminar em toda a América Latina.

A prioridade em seu governo foi da incorporação das ODMs (Objetivo do Desenvolvimento do Milênio), que eram metas dos Estados de desenvolvimento firmado junto a ONU, e que no país foram implementados então vários programas como Cidadania e Inclusão Social, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Brasil Sorridente, Qualificação de Atenção à Saúde, Farmácia Popular, Brasil Alfabetizado e o Programa Universidade para Todos (Prouni), porém foram com os programas para erradicação da pobreza e fome como o Bolsa Família e Fome Zero que o Brasil obteve maior visibilidade no país e no mundo, visto que, com esses programas foram inclusos na América Latina como aprofundamento da IIRSA e também para ONU como implementação em outros países que sofrem com esses problemas.

A PEB (política externa Brasileira) nesse governo teve também grande destaque na agenda internacional em que consolidou as relações Sul-Sul priorizando as parcerias com nações emergentes como a China, Rússia, Índia e África do Sul que depois se institucionalizou no bloco BRICS, no aprofundamento das relações com o Mercosul, na liderança após a criação do G20 comercial junto as negociações da Rodada Doha e do envolvimento em questões humanitárias através da validação do princípio da não indiferença que teve a sua principal atuação no comando brasileiro

da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em 2004 (Carmo; Pecequilo, 2015 p.71). Ainda no campo da ONU, o país ainda propôs a reforma no Conselho de Segurança da ONU em que visava o aumento de suas cadeiras com o poder de veto.

Todas essas atuações do Brasil tanto interna quanto externamente durante o governo Lula demonstram, então, que “a posição estratégica do Estado influenciará significativamente na imagem e no posicionamento do país no sistema internacional e frente aos seus parceiros” (Figueira, 2009, p. 37).

2.2 A POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO DILMA

A APE do governo Dilma (2011-2014), caracterizou-se pela manutenção da atuação multilateral do governo anterior e, além disso, a um ajuste na projeção de poder em que procurou estreitar mais o relacionamento com os Estados Unidos e também no aprofundamento da atuação no campo de direitos humanos.

No seu primeiro mandato implementou o programa mais médicos e ciências sem fronteiras, este último atribuía uma prioridade as áreas de ciência, tecnologia e inovação instituindo bolsas de intercâmbio de graduação e pós para assim contribuir no desenvolvimento de uma economia competitiva e flexível enquanto o outro daria acesso à saúde para a parte mais pobre da sociedade. Ainda buscou defender uma “diplomacia de resultados”, tendo o exemplo de sua visita a China em 2011, que se tornou desde 2009 o primeiro parceiro comercial do Brasil, onde “foi em busca de novos acordos, investimentos e diversificação da pauta exportadora brasileira, que se concentra, predominantemente, em *commodities* (Riedger; Silva, 2016, p.221).

Na área de direitos humanos deve ser mencionado a defesa do conceito de responsabilidade ao proteger (RWP) que iria se contrapor ao de responsabilidade de proteger das Nações Unidas. Dessa forma:

[...] “o conceito de R2P precisava ser colocado em perspectiva crítica, a fim de evitar que fosse instrumentalizado para justificar intervenções de países mais fortes sobre os mais fracos. O objetivo era prevenir que essas intervenções com base no R2P se tornassem apenas mecanismos de ingerência, havendo ainda, a preocupação em como administrar a situação pós-intervenção. Portanto, o Brasil não defendia que se ignorassem problemas humanitários, mas sim que houvesse tratamento equilibrado e justo a todos.” (Pecequilo, 2017, p.42)

Também priorizou a defesa da privacidade digital pois a partir do caso de espionagem dos Estados Unidos aos líderes de países na comunidade internacional,

criou-se uma resolução para garantir o direito à privacidade a todos. Esse fato de invasão de privacidade fez com que o relacionamento novamente sofresse um baque em que no seu discurso na Assembleia da ONU condenou a ação classificando-a como uma ameaça à soberania nacional (Riedger; Silva, 2016, p.223).

Na parte econômica, mesmo com o processo mais lento em relação ao âmbito regional na América do Sul, além de assinar novos tratados com a China, aprofundou o relacionamento com o Brics por meio da realização de diversas cúpulas e dentre elas destaca-se a VI Cúpula do bloco realizada em 2014, em Fortaleza, onde criou-se o Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo do Contingente de Reservas.

Conclui-se que as ações na política externa podem explicitadas por Salomón (2016, p.101) que por meio dos estudos construtivistas de Wendt, de que um possível resultado para anarquia internacional seria um conjunto de identidade e interesses em que a implantação de um sistema de segurança coletiva seria então a responsabilidade de cada um dos Estados e consequentemente de todos.

Com o surgimento da Aliança do Pacífico em 2012, que a princípio foi visto como uma resposta ao vácuo do poder brasileiro na região por conta da influência dos Estados Unidos e posteriormente a China, e de uma possível rivalidade com o MERCOSUL, é de suma importância frisar que independentemente dos esforços e papéis dos demais países sul-americanos, somente a liderança brasileira é capaz de impulsioná-los política e economicamente. Essas questões serão amplamente aprofundadas no capítulo a seguir que vai explicitar as atuações do Mercosul e AP e posteriormente responder a problemática do Brasil ser reconhecido como líder no reforço da cooperação dos principais blocos da atualidade que são a AP e o Mercosul.

3 O MERCOSUL E A AP: DIFERENÇAS

Como tratado no capítulo anterior, durante o governo Lula, a atuação da PEB priorizou as relações Sul-Sul o que dinamizou o relacionamento com os países vizinhos em busca de uma integração na América do Sul sendo uma das explicações o aprofundamento do MERCOSUL. Com o surgimento da AP em 2012 o que poderia ser um bloco de competição por sua atuação mais concreta em relação ao avanço em tratados comerciais, foi visto como uma oportunidade de o bloco sair do seu processo lento de negociação e o Brasil também tomou como desafio para a liderança no segmento de sua cooperação junto aos países vizinhos.

Durante este capítulo, procurou-se detalhar as atuações dos dois blocos, evidenciando, assim, as principais diferenças entre eles e explicar a necessidade de renovação do MERCOSUL visto a atuação forte e de sucesso da AP nesses últimos anos.

3.1 O BRASIL E O MERCOSUL

Sabe-se que os principais objetivos do MERCOSUL é uma formação de um mercado comum e de uma união aduaneira para obter uma zona de livre comércio chegando assim a uma Tarifa Externa Comum e eliminação das barreiras alfandegárias, porém ao longo dos anos iniciais desse milênio poucos resultados referentes ao fechamento de acordos importantes, principalmente, com a União Europeia (UE) e crise no principal parceiro do bloco a Argentina, gerou diversas críticas pelos outros países e questionamentos sobre o futuro do bloco.

Contudo, mesmo com a falta de dinamismo, o bloco obteve pontos positivos. Segundo Menezes (2012, p.152) os principais acontecimentos foram: (i) a edificação do Protocolo de Olivos para solução de controvérsias; (ii) a adesão da Venezuela ao MERSOSUL e; (iii) criação do parlamento do MERCOSUL. Este último, assinado em 2005, eleva o bloco também a uma evolução nas questões de temas da sociedade e cidadania. Ainda conforme Menezes (2012, p.155) são seus propósitos do Parlamento:

“[...] assumir a promoção da defesa permanente da democracia, da liberdade e da paz; promover o desenvolvimento sustentável da região com justiça social e a diversidade cultural de suas populações; garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração; estimular a formação de uma consciência coletiva de valores cidadãos e comunitários para a integração; contribuir para consolidar a integração latino-americana mediante o aprofundamento e ampliação do MERCOSUL; e promover a solidariedade e a cooperação regional e internacional.”

Outras iniciativas do bloco foram: o Mercosul em 2004 estabelece o FOCEM (Fundo para convergência do MERCOSUL), como Brasil sendo o maior financiador, cujo objetivo era diminuir assimetrias e desenvolver os países do bloco foi complementado em 2008 pelo Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL e o Fundo MERCOSUL de garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Por fim, foi estabelecido o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e no âmbito político-social a criação do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH)

em 2009 e do Instituto Social do MERCOSUL em 2007 (Carmo; Pecequilo, 2015, p.74).

Esses pontos positivos porém ocorreram durante o governo Lula, o que traz novas críticas em relação a atuação da PEB no governo Dilma, que deveria continuar no papel de liderança nos processos sul-americanos, principalmente para o MERCOSUL, porém mesmo continuando com os compromissos junto aos países vizinhos, observou-se com clareza a diminuição de sua postura ao somente dar prioridade a cooperação, deixando brechas para a atuação estratégica dos EUA e China na região (Carmo; Pecequilo, 2015, p. 82).

Outro fato que explica a lentidão no processo de integração do bloco, é referente ao nosso principal parceiro comercial do bloco, a Argentina, que durante os vários anos da primeira década passa por diversas crises econômicas e mais recentemente em 2013/2014 a da dívida externa colocando em xeque o fechamento de acordos importantes como o possível acordo com a UE pela falta de credibilidade e outros acordos já celebrados (Filho, 2013, p. 102).

3.2 A ALIANÇA DO PACÍFICO

Surgida em 2012, é composta pelo Chile, Colômbia, Peru e México, tem como principal foco o estabelecimento de tratados de livre comércio entre os membros e tem como principal característica o aprofundamento das relações comerciais no eixo Ásia Pacífico. Outra característica do bloco é a criação do Mercado de Integração Latino-americano que é composta pelos Estados-membros e pela rapidez na assinatura de vários Tratados Internacionais de Livre Comercio (TLCs) com a UE, EUA e Canadá diferenciando do MERCOSUL que com vários anos de existência não conseguiu nenhum acordo importante.

Outro avanço é sua projeção internacional onde o bloco onde é reconhecido pelo seu dinamismo sendo mensurado conforme Pennaforte (2017, p.96):

“[...] pelos países-observadores de vários continentes: Espanha, Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Panamá, Costa Rica e Uruguai. [...] O Chile conta com 13 acordos, seguido pelo Peru com 8 acordos, México com 6 acordos e a Colômbia com 5 acordos.”

Dentre os países integrantes da AP, no contexto da América do Sul, destaca-se o Chile que a partir do Governo Piñera (2010-2014), deixou clara a sua política externa na ampliação da comercialização dos produtos chilenos principalmente do cobre que é o principal produto exportado, porém mesmo com atuações bilaterais

como por exemplo a China, EUA, o país mantém como importantes parceiros o Brasil e a Argentina e principalmente no governo seguinte de Michelle Bachelet (2014-2018) que deu-se ainda ênfase as relações com o Brasil tendo como principal destino de investidores chilenos.

Logo, conclui-se que a principal diferença entre esses dois blocos são as importâncias que foram dadas em suas atuações. Enquanto o MERCOSUL prioriza a questão política em seu bloco pois enxerga que a integração é muito mais ampla que uma área de livre comércio, para os países integrantes da AP é a questão mercantil mostrando agilidade em fazer acordos, até o momento conseguiram ser bem-sucedidos (Pennaforte, 2017, p. 120).

4 BRASIL COMO AGENTE CHAVE PARA A CONVERGÊNCIA DO MERCOSUL E AP NA AMÉRICA LATINA

Dentre um traço comum aos povos latino-americanos em uma conflitiva mistura de raças e culturas mantém um destino comum no que tange ao dividir memórias e histórias semelhantes:

“La memoria es, por definición, parcial, e incluye únicamente lo que sirve a sus fines: sólo debe ser fiel al grupo al que directamente representa, de ahí su carácter al mismo tiempo absoluto y subjetivo, público y privado, individual y colectivo. La historia, por su parte, es institucional, se apoya en las continuidades temporales y en la interpretación de las relaciones entre grupos, entidades, procesos (Moraña, 2011, p.142).

A proposição acima, explicita que em como a memória a princípio individual ao ser humano pode passar a ser coletivo assim como a história que entra exatamente no contexto da América Latina que se viu na era da globalização acelerada no início dos anos 2000 em manter a preservação dos valores culturais, o sentimento de nacionalidade e da promoção de seu desenvolvimento e trazendo ao conceito econômico a almejar à unidade continental.

A ideia de integração ficou mais forte dentre os primeiros governos do novo século e para o Brasil, principalmente, mas com uma diferença: os enfoques socio-cognitivos da análise da PEB não teriam somente o enfoque individual, mas também do aproveitamento através de políticas surgidas internamente com aplicação com sucesso e em fazer dela um meio de propagar e modificar a estrutura externa dos blocos sul-americanos (Pinheiro; Salómon, 2013, p.47).

Por causa das políticas protecionistas como do presidente norte-americano, Trump, o Brasil e os demais países vizinhos se veem diante de um processo mais próximo de integração, isso se vê diante de iniciativas como o seminário realizado no Itamaraty, em Brasília em junho de 2018 que tinha o intuito de discutir a convergência entre o Mercosul e a AP onde os participantes fariam recomendações sobre o processo de integração dos blocos. Segundo artigo publicado:

“O engajamento do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico integra a estratégia de modernização da presença do Brasil no mundo. [...] No momento em que tendências protecionistas ganham força no cenário internacional, a aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico representa uma inestimável contribuição para um sistema internacional de comércio aberto e equilibrado. Vamos demonstrar na prática que é essa via, e não o retorno a fórmulas equivocadas do passado, que pode garantir o bem-estar e a prosperidade que todos almejamos para o Brasil, a região e o mundo.” (Nunes, 2018)

Nota-se que é de fundamental importância a participação das camadas da sociedade nesse seminário no processo decisório do Brasil. Esse perfil já mencionado anterior na primeira metade da década de 2000 no Governo Lula o que demonstra aos países vizinhos credibilidade e postura equilibrada nas organizações multilaterais e principalmente na defesa de interesses internos e dos países vizinhos.

Ainda segundo outro artigo publicado em relação ao acordo entre o Brasil, MERCOSUL e a AP, destaca-se:

“Juntas, as nações que formam os grupos representam 90% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina. Os acordos giram também em torno de setores como mobilidade acadêmica, turismo e cultura. Além de participar da assinatura com os blocos, o Brasil também busca ainda uma aproximação maior com o México no campo de livre comércio”. (PLANALTO, 2018)

Os presidentes de ambos blocos ainda se reuniram em Puerto Vallarta, México também em 2018, para discutir as bases do acordo onde foi tratado como reunião de fortalecimento e assinatura de documento que reforça o compromisso dos blocos. Conforme artigo da revista que retratou a reunião no México:

“As boas intenções de fortalecer a região esbarram nos planos não só de Trump como da União Europeia, que anunciaram a intenção de trabalhar em um acordo que prevê “tarifa zero”. O anúncio representa um respiro nas “guerras econômicas” que o presidente americano tem travado. As medidas protecionistas implantadas por ele geraram uma onda de reações de potências como a China.” (Istoé, 2018).

Por fim, é possível então afirmar que as duas propostas de integração são complementares, desde que respeitem as características e especificidades de cada

um, logo não podem ser vistos como antagônicos essas diferenças somente denotam a forma como os dois blocos vão atingir seus objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Anos iniciais da década de 2000 reviram um conceito sobre a atuação da PEB e passou então a priorizar a atuação multilateral e aposta de priorização nas atuações Sul-Sul através da política “Ativa e Altiva” do governo Lula que levou o país em reconhecimento mundial pelas suas atuações seja pela ONU ou no sucesso de suas políticas sociais como o Fome Zero. Com isso, a atuação do país teve credibilidade junto ao Mercosul foi aprofundada onde sua atuação foi pautado as relações políticas e sociais dentro do bloco.

No governo de Dilma criou-se uma expectativa que a atuação do país junto ao bloco cria-se mecanismos concretos na parte comercial, porém não ocorreu. A atuação somente de manutenção do governo antecedente e uma agenda somente pautada em direitos humanos levou ao grau de crítica sobre o futuro do bloco, visto a ampliação da atuação dos EUA e da China na região.

Com a criação da AP em 2012, criou-se um dilema de que o bloco surgiria para substituir ou até competir com o Mercosul, pela celeridade de assinatura dos acordos comerciais como com os EUA e a UE. Como um dos integrantes principais do bloco, o Chile percebeu-se que o caminho não seria uma corrida pela competição de acordos na América Latina, mas de manter grandes parceiros comerciais o Brasil e a Argentina e que não teria intenção de perder esses mercados ainda mais pela sua política externa do governo de Bachelet, também de esquerda, teria a visão de ampliar os acordos para os integrantes do bloco.

Com isso, a confiança que os integrantes têm com o Brasil visto principalmente na atuação no início da primeira década de 2000 faz-se primordial. Com o histórico de ir atrás de seus interesses, mas respeitando os demais vizinhos é possível a integração desses dois blocos, que primeiramente eram vistos como antagonistas, porém podem ser complementares. A postura então do Brasil não se faz necessária somente pelos seus interesses, mas de toda a América Latina como forma de se proteger e sobreviver frente as políticas protecionistas que estão sendo adotadas pelos países ricos e partir para o progresso sem dependência econômica de países como os EUA.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Leandro R. de; Junior, Umberto C.; Mercadante, Aramita de Azevedo. **Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia**. Juruá, Curitiba, 2012.

CARMO, Corival A. do; Pecequillo, Cristina Soreanu. **O Brasil e a América do Sul**. Rio de Janeiro, Altabooks, 2015.

FIGUEIRA, A. C. R. **Processo Decisório em Política Externa Brasileira**. (2009). 255 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

FILHO, José Soares. **Integração Regional Sul-Americana**. LTr, São Paulo, 2013.

MESSARI, Nizar; Nogueira, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.

NUNES, Aloysio. **Reforçando a integração Mercosul-Aliança do Pacífico**. Revista Exame (04/06/2018). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/18980-reforcando-a-integracao-mercosul-alianca-do-pacifico-por-alloysio-nunes-exame-4-6-2018>. Acessado em 28/07/2018.

PENNAFORTE, Charles. **Brasil, Mercosul e Aliança do Pacífico: convergência ou antagonismo?** UFPR, Boa Vista, 2017.

PINHEIRO, Letícia; Salómon, Mônica. **Análise da Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos**. Revista Brasileira de Política Internacional, p. 40-59, [2013].

PLANALTO. Brasil e Mercosul assinam acordos com países da Aliança do Pacífico. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/releases/2018/07/brasil-e-mercosul-assinam-acordos-com-paises-da-alianca-do-pacifico>

REIS, Livia; Figueiredo, Eurídice. **América Latina – Integração e Interlocução**. 7 Letras, Rio de Janeiro, 2011.

RIEDIGER, Bruna F.; Silva, André L. R. da. **Política Externa Brasileira: uma introdução**. Intersaberes, Curitiba, 2016.

SALOMÓN, Mónica. **Teorias e enfoques das relações internacionais: uma introdução**. Intersaberes, Curitiba, 2016, p. 90-109.

SOLLITO, André. **Há futuro para os blocos?** Revista Isto é Independente. Edição nº 2536 (27/07/2018). Disponível em: <https://istoe.com.br/ha-futuro-para-os-blocos/> Acessado em: 28/07/2018